



Ata nº 049 da Sessão Ordinária nº 049, de
17 de setembro de 2013.

Às nove horas do dia dezessete de setembro de dois mil e treze, na sede do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a Presidência da Conselheira **MARA LÚCIA**, presentes os Conselheiros, **ALOÍSIO CHAVES, ROSA HAGE, DANIEL LAVAREDA e ANTÔNIO JOSÉ**; Ausência justificada dos Conselheiros, **JOSÉ CARLOS ARAÚJO e CEZAR COLARES**; bem como a presença da Procuradora do Ministério Público junto ao TCM-PA, **MARIA INEZ GUEIROS**, reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do artigo 29 do Regimento Interno desta Corte. Convocado o Auditor Alexandre Cunha para apresentar proposta de Decisão, nos termos do art. 19, II da Lei Orgânica do TCM/PA. A seguir, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou: "*havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria*". Houve votação e aprovação da Ata da Sessão nº 044/2013. Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos. **Processo nº 850012006-00 – 200704459-00; Prefeitura Municipal de Vigia; Prestação de Contas – 2006; Responsável Marlene Macedo Paiva de Vasconcelos; 6ª Controladoria; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Aloísio Chaves; Publicado no DOE nº 32.480, de 13.09.2013.** Retirado de Pauta. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 3: **Processo nº 860012009-00 – 201007893-00; Prefeitura Municipal de Viseu; Prestação de Contas Anuais de Gestão; Responsável: Cristiano Dutra Vale; 1ª Controladoria; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relatora - Conselheira Rosa Hage; Publicado no DOE nº 32.480, de 13.09.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalva, das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalvas, da prestação de contas de Gestão da Prefeitura Municipal de Viseu, exercício financeiro de 2009, de responsabilidade do Sr. Cristiano Dutra Vale, em favor de quem deve ser expedido o Alvará de Quitação no valor de R\$-49.309.549,14 (quarenta e nove milhões, trezentos e nove mil, quinhentos e quarenta e nove reais e quatorze centavos). **Processo nº 280012008-00; Prefeitura Municipal de Curralinho; Prestação de Contas de Governo; Responsável Álvaro Aires da Costa; 5ª Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.480, de 13.09.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas, com aplicação de multa e remessa de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de Curralinho a não aprovação das contas de Governo Municipal, exercício 2008, de responsabilidade do Sr. Álvaro Aires da Costa. **Processo nº 280012008-00; Prefeitura Municipal de Curralinho; Prestação de Contas de Gestão; Responsável Álvaro Aires da Costa; 5ª Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.480, de 13.09.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas de Gestão. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "*pela não aprovação das contas de Gestão da Prefeitura Municipal de Curralinho, exercício 2008, de responsabilidade do Sr. Álvaro Aires da Costa, que deverá recolher, no prazo de 15 (quinze) dias, o seguinte: I – Aos Cofres Municipais: 1.1 - R\$-103,99 (cento e três reais e noventa e nove centavos), com as devidas correções, referente a conta "Agente Ordenador"; 1.2 - R\$-16.634,52 (dezesseis mil, seiscentos e trinta e quatro reais e cinquenta e dois centavos), referente ao pagamento de subsídios ao Prefeito e vice-Prefeito em desacordo com o ato fixador; 1.3 – R\$-17.817,44 (dezessete mil, oitocentos e dezessete reais e quarenta e quatro centavos), a título de multa equivalente a 30% (trinta por cento) dos vencimentos anuais legalmente pagos ao Ordenador, com base no art. 5º, § 1º, da Lei nº 10.028/2000, pela remessa intempestiva dos Relatórios de Gestão Fiscal dos dois semestres. II - Ao FUMREAP: 2.1 - R\$-5.000,00 (cinco mil reais), com base no art. 120-B do Regimento Interno deste Tribunal, pela não remessa da LDO e remessa intempestiva da LOA, prestações de contas quadrimestrais, balanço geral e Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária; 2.2 - R\$ 10.000,00 (dez mil reais), com base no art. 120-A, II, do Regimento Interno deste Tribunal, pelos encargos patronais não apropriados, não recolhimento de retenções previdenciárias, ausência de processos licitatórios e descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal no que se refere ao equilíbrio na gestão. Cópia dos autos deve ser encaminhada ao Ministério Público Estadual*". **Em votação**: o Conselheiro Aloísio Chaves, a Conselheira Rosa Hage e o Conselheiro Antônio José acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à

49 **unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas de Gestão da Prefeitura Municipal de Curralinho, exercício 2008, de
50 responsabilidade do Sr. Álvaro Aires da Costa, que deverá recolher, no prazo de 15 (quinze) dias: I – aos Cofres Municipais:
51 1.1 - R\$-103,99 (cento e três reais e noventa e nove centavos), com as devidas correções, referente à conta "Agente
52 Ordenador"; 1.2 - R\$-16.634,52 (dezesseis mil, seiscentos e trinta e quatro reais e cinquenta e dois centavos), referente ao
53 pagamento de subsídios ao Prefeito e vice-Prefeito em desacordo com o ato fixador; 1.3 – R\$-17.817,44 (dezessete mil,
54 oitocentos e dezessete reais e quarenta e quatro centavos), a título de multa equivalente a 30% (trinta por cento) dos
55 vencimentos anuais legalmente pagos ao Ordenador, com base no art. 5º, § 1º, da Lei nº 10.028/2000, pela remessa
56 intempestiva dos Relatórios de Gestão Fiscal dos dois semestres, sem prejuízo do encaminhamento de cópia dos autos ao
57 Ministério Público Estadual. **Por maioria:** II - ao FUMREAP: 2.1 - R\$-5.000,00 (cinco mil reais), com base no art. 120-B do
58 Regimento Interno deste Tribunal, pela não remessa da LDO e remessa intempestiva da LOA, prestações de contas
59 quadrimestrais, Balanço Geral e Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária; 2.2 - R\$-10.000,00 (dez mil reais), com
60 base no art. 120-A, II, do Regimento Interno deste Tribunal, pelos encargos patronais não apropriados, não recolhimento
61 de retenções previdenciárias, ausência de processos licitatórios e descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, no
62 que se refere ao equilíbrio na gestão. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP.
63 **Processo nº 282212008-00; Fundo Municipal de Saúde de Curralinho; Prestação de Contas – 2008; Responsável**
64 **Djacivaldo Andrade dos Santos; 5ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Daniel**
65 **Lavareda; Publicado no DOE nº 32.480, de 13.09.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público
66 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em**
67 **discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "pela não aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde
68 de Curralinho, exercício 2008, de responsabilidade do Sr. Djacivaldo Andrade dos Santos, que deverá recolher ao FUMREAP, no prazo de
69 15 (quinze) dias, as seguintes multas: I - R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), com base no art. 120-B, do Regimento Interno deste Tribunal,
70 pela remessa intempestiva das prestações de contas dos três quadrimestres; II – R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), com base no art. 120-A,
71 II, do Regimento Interno deste Tribunal, pelo descumprimento do dispositivo legal relativo a licitação, assim como pela não apropriação
72 da totalidade dos encargos patronais e retenções previdenciárias do exercício. Cópia dos autos deve ser encaminhada ao Ministério
73 Público Estadual". **Em votação:** o Conselheiro Aloísio Chaves, a Conselheira Rosa Hage e o Conselheiro Antônio José
74 acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao
75 FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação da prestação de
76 contas do Fundo Municipal de Saúde de Curralinho, exercício 2008, de responsabilidade do Sr. Djacivaldo Andrade dos
77 Santos, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, **por maioria**, com recolhimento ao
78 FUMREAP, no prazo de 15 (quinze) dias, das seguintes multas: I - R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), com base no art. 120-B,
79 do Regimento Interno deste Tribunal, pela remessa intempestiva das prestações de contas dos três quadrimestres; II – R\$
80 4.000,00 (quatro mil reais), com base no art. 120-A, II, do Regimento Interno deste Tribunal, pelo descumprimento do
81 dispositivo legal relativo a licitação, assim como pela não apropriação da totalidade dos encargos patronais e retenções
82 previdenciárias do exercício. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. Em seguida,
83 houve a inversão da pauta com o julgamento do processo de nº 2: **Processo nº 640012002-00; Prefeitura Municipal**
84 **de Rondon do Pará; Prestação de Contas – 2002; Responsável Moisés Soares de Oliveira; Auditora Socorro Pessoa;**
85 **Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora - Conselheira Rosa Hage; Publicado no DOE nº 32.480, de 13.09.2013.**
86 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela
87 emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério
88 Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência
89 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio recomendando à Câmara
90 Municipal de Rondon do Pará a aprovação da prestação de contas da Prefeitura Municipal, exercício financeiro de 2002, de
91 responsabilidade do Sr. Moisés Soares de Oliveira. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo
92 de nº 6: **Processo nº 1160012002-00; Prefeitura Municipal de Jacareacanga; Prestação de Contas – 2002;**
93 **Responsável Eduardo Azevedo; 2ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares;**
94 **Publicado no DOE nº 32.480, de 13.09.2013.** Retirado de Pauta. **Processo nº 1200012001-00; Prefeitura**
95 **Municipal de Palestina do Pará; Prestação de Contas – 2001; Responsável Valciney Ferreira Gomes; 2ª Controladoria;**
96 **Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.480, de**
97 **13.09.2013.** Retirado de Pauta. **Processo nº 1240012003-00; Prefeitura Municipal de São Domingos do**



98 **Araguaia; Prestação de Contas – 2003; Responsável Francisco Edison Coelho Frota; 2ª Controladoria; Procuradora Maria**
99 **Inez Gueiros; Relator -Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.480, de 13.09.2013.** Retirado de Pauta. Em
100 seguida, houve a inversão da pauta com o julgamento do processo de nº 10: **Processo nº 310022010-00; Câmara**
101 **Municipal de Gurupá; Prestação de Contas – 2010; Responsável Antônio Adalto Nunes dos Santos; 2ª Controladoria;**
102 **Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.480, de**
103 **13.09.2013.** Retirado de Pauta. **Processo nº 310022011-00; Câmara Municipal de Gurupá; Prestação de Contas –**
104 **2011; Responsável João Silva de Souza; 2ª Controladoria; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator -**
105 **Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.480, de 13.09.2013.** Retirado de Pauta. **Processo nº**
106 **282122008-00; Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Curralinho; Prestação de Contas –**
107 **2008; Responsável Raimundo Rodrigues de Lima; 5ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator -**
108 **Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.480, de 13.09.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o
109 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com
110 encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro
111 Relator proferiu seu **VOTO:** “*pela não aprovação da prestação de contas do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de*
112 *Curralinho, exercício 2008, de responsabilidade do Sr. Raimundo Rodrigues de Lima, que deverá recolher, no prazo de 15 (quinze) dias, os*
113 *seguintes valores: I – Aos Cofres Municipais: 1.1 - R\$ 1.336.414,61 (um milhão, trezentos e trinta e seis mil, quatrocentos e quatorze*
114 *reais e sessenta e um centavos), lançado à responsabilidade do Ordenador, em função da ausência de prestação de contas do 3º*
115 *quadrimestre do exercício; II – FUMREAP: 2.1 - R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a título de multa pelo dano causado ao erário, com*
116 *base no art. 56 da Lei Complementar nº 25/94; 2.2 - R\$ 10.000,00 (dez mil reais), com base no art. 120-A, II, do Regimento Interno*
117 *deste Tribunal, pela impossibilidade de averiguação do cumprimento da conformidade legal ou regulamentar de natureza contábil,*
118 *orçamentária, financeira, patrimonial ou operacional. Cópia dos autos deve ser encaminhada ao Ministério Público Estadual*”. **Em**
119 **votação:** o Conselheiro Aloísio Chaves, a Conselheira Rosa Hage e o Conselheiro Antônio José acompanharam o Relator,
120 na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência
121 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela não aprovação da prestação de contas do Instituto de
122 Previdência dos Servidores do Município de Curralinho, exercício 2008, de responsabilidade do Sr. Raimundo Rodrigues de
123 Lima, que deverá recolher, no prazo de 15 (quinze) dias, aos Cofres Municipais, o valor de R\$-1.336.414,61 (hum milhão,
124 trezentos e trinta e seis mil, quatrocentos e quatorze reais e sessenta e um centavos), lançado a responsabilidade do
125 Ordenador, em função da ausência de prestação de contas do 3º quadrimestre do exercício, sem prejuízo da remessa de
126 cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria:** recolher ao FUMREAP o valor de R\$-50.000,00 (cinquenta mil
127 reais), a título de multa pelo dano causado ao Erário, com base no art. 56 da Lei Complementar nº 25/94; R\$ 10.000,00
128 (dez mil reais), com base no art. 120-A, II, do Regimento Interno deste Tribunal, pela impossibilidade de averiguação do
129 cumprimento da conformidade legal ou regulamentar de natureza contábil, orçamentária, financeira, patrimonial ou
130 operacional. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. **Processo nº 282172008-00;**
131 **Secretaria Municipal de Educação de Curralinho; Prestação de Contas – 2008; Responsável Álvaro Aires da Costa; 5ª**
132 **Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.480, de**
133 **13.09.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-
134 se pela não aprovação das contas, com remessa de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada
135 **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** “*pela não aprovação da prestação de contas da Secretaria Municipal de*
136 *Educação de Curralinho, exercício 2008, de responsabilidade do Sr. Álvaro Aires da Costa, que deverá recolher ao FUMREAP, no prazo de*
137 *15 (quinze) dias, as seguintes multas: I - R\$-5.000,00 (cinco mil reais), com base no art. 120-B, do Regimento Interno deste Tribunal,*
138 *pela remessa intempestiva das prestações de contas dos três quadrimestres; II – R\$-5.000,00 (cinco mil reais), com base no art. 120-A,*
139 *II, do Regimento Interno deste Tribunal, pelos encargos patronais não apropriados, não recolhimento de retenções previdenciárias e*
140 *ausência de processos licitatórios. Cópia dos autos deve ser encaminhada ao Ministério Público Estadual*”. **Em votação:** o Conselheiro
141 Aloísio Chaves, a Conselheira Rosa Hage e o Conselheiro Antônio José acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira
142 Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário,
143 **à unanimidade,** decidiu pela não aprovação da prestação de contas da Secretaria Municipal de Educação de Curralinho,
144 exercício 2008, de responsabilidade do Sr. Álvaro Aires da Costa, com remessa de cópia dos autos ao Ministério Público
145 Estadual. **Por maioria:** com recolhimento ao FUMREAP, no prazo de 15 (quinze) dias, as seguintes multas: I - R\$-5.000,00
146 (cinco mil reais), com base no art. 120-B, do Regimento Interno deste Tribunal, pela remessa intempestiva das prestações
147 de contas dos três quadrimestres; II – R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), com base no art. 120-A, II, do Regimento Interno

deste Tribunal, pelos encargos patronais não apropriados, não recolhimento de retenções previdenciárias e ausência de processos licitatórios. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. Em seguida, houve a inversão de pauta, com o julgamento do processo de nº 15: **Processo nº 1422042006-00 – 200802412-00; Fundo Municipal de Educação São João da Ponta; Prestação de Contas – 2006; Responsável Orleandro Alves Feitosa; Auditora Maria do Socorro Pessoa da Silva; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Aloísio Chaves; Publicado no DOE nº 32.480, de 13.09.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das das contas, com aplicação de multas na forma do RI/TCM. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: “pela aprovação das contas, com ressalvas, do Fundo Municipal de Educação de São João da Ponta, exercício financeiro de 2006, de responsabilidade do Sr. Orleandro Alves Feitosa, nos termos do art. 102, Parágrafo Único, do RI/TCM. O Alvará de Quitação no valor de R\$-946.423,68 (novecentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e vinte e três reais e sessenta e oito centavos) deverá ser concedido ao Ordenador, somente após o recolhimento ao FUMREAP, instituído pela Lei nº 7.368, de 29/12/09, no prazo de 30 (trinta) dias, das multas de: 1 - R\$-3.001,00 (três mil e um reais), na forma do art. 120-B, IV, do RI/TCM, pela remessa intempestiva da documentação quadrimestral (acima de 90 dias); 2 – R\$-500,00 (quinhentos reais), nos termos do art. 120-B, § 1º, do RI/TCM, pela não remessa do Parecer do Conselho Municipal de Educação e do Controle Social do FUNDEF”. **Em votação:** o Conselheiro Aloísio Chaves, a Conselheira Rosa Hage e o Conselheiro Antônio José acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas, com ressalvas, do Fundo Municipal de Educação de São João da Ponta, exercício financeiro de 2006, de responsabilidade do Sr. Orleandro Alves Feitosa, nos termos do art. 102, parágrafo único, do RI/TCM, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-946.423,68 (novecentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e vinte e três reais e sessenta e oito centavos), **por maioria**, após o recolhimento ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias, de multa no valor de R\$-3.001,00 (três mil e um reais), na forma do art. 120-B, IV, do RI/TCM, pela remessa intempestiva da documentação quadrimestral (acima de 90 dias); e de R\$-500,00 (quinhentos reais), nos termos do art. 120-B, § 1º, do RI/TCM, pela não remessa do parecer do Conselho Municipal de Educação e do Controle Social do FUNDEF. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 28 e seguintes: **Processo nº 200803848-00; Associação Carnavalesca Arco-Íris de Outeiro; Prestação de Contas do Convênio nº 112/2007 firmado com a PMB/FUMBEL; Responsável Olavo Marques de Araújo Filho; 6ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Aloísio Chaves.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Convênio nº 112/2007, celebrado entre a PMB/FUMBEL e a Associação Carnavalesca Arco-Íris de Outeiro, nos termos do art. 33 da Lei Complementar nº 84/2012, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-2.415,00 (dois mil, quatrocentos e quinze reais). **Processo nº 200803042-00; Associação dos Malhadores de Judas da Rua Conceição com 14 de Março; Prestação de Contas dos Convênios nº's 092/2007 e 011/2008 firmados com a FUMBEL/PMB; Responsável Alberto de Jesus Cantanhede; 6ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Aloísio Chaves.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas dos Convênios nº's 092/2007 e 011/2008, celebrados entre a PMB/FUMBEL e a Associação dos Malhadores de Judas da Rua Conceição com 14 de Março, por estarem regulares, nos termos do art. 33 da Lei Complementar nº's 84/2012, com a expedição dos Alvarás de Quitação nos valores de R\$-7.700,00 (sete mil e setecentos reais) pelo Convênio nº 092/2007 e R\$-14.300,00 (quatorze mil e trezentos reais) pelo Convênio nº 011/2008. **Processo nº 200807244-00; Associação Carnavalesca Tradição da Vila; Prestação de Contas dos Convênios nº's 086/2007 e 045/2008, firmados com a PMB/FUMBEL; Responsável Roberto de Souza Macedo; 6ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Aloísio Chaves.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas dos Convênios nº's 086/2007 e 045/2008, celebrados entre a PMB/FUMBEL e a Associação Carnavalesca Tradição da Vila, com a expedição dos Alvarás de Quitação nos valores de R\$-2.415,00 (dois mil,

quatrocentos e quinze reais) pelo Convênio nº 086/2007 e R\$-4.485,00 (quatro mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais) pelo Convênio nº 045/2008. **Processo nº 200805700-00; Agremiação Carnavalesca Mocidade Independente; Prestação de Contas do Convênio nº 122/2007** firmado com a PMB/FUMBEL; Responsável Francisco Silva Machado; 6ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Aloísio Chaves. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Convênio nº 122/2007, celebrado entre a PMB/FUMBEL e a Agremiação Carnavalesca Mocidade Independente, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-1.925,00 (hum mil, novecentos e vinte e cinco reais). **Processo nº 200804197-00; Escola de Samba O Grito da Liberdade; Prestação de Contas dos Convênios nº's 097/2007 e 021/2008** firmados com a PMB/FUMBEL; Responsável João de Almeida Costa; 6ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Aloísio Chaves. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas dos Convênios nº's 097/2007 e 021/2008, celebrados entre a PMB/FUMBEL e a Escola de Samba O Grito da Liberdade, com a expedição dos Alvarás de Quitação nos valores de R\$-4.620,00 (quatro mil, seiscentos e vinte reais) pelo Convênio nº 097/2007 e R\$-8.580,00 (oito mil, quinhentos e oitenta reais) pelo Convênio nº 021/2008. **Processo nº 200811272-00; Grêmio Recreativo Beneficente Jurunense Rancho Não Posso Me Amofiná; Prestação de Contas do Convênio nº 076/2007**, firmado com a PMB/FUMBEL; Responsável João Monteiro Vidal; 6ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Aloísio Chaves. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente a aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Convênio nº 076/2007, celebrado entre a PMB/FUMBEL e o Grêmio Recreativo Beneficente Jurunense Rancho Não Posso Me Amofiná, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-15.400,00 (quinze mil e quatrocentos reais). **Processo nº 200804793-00; Grêmio Recreativo Escola e Samba Mocidade Olariense; Prestação de Contas do Convênio Nº 089/2007**, firmados com a PMB/FUMBEL; Responsável Álvaro Augusto Ferreira da Silva Junior; 6ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Aloísio Chaves. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo pela aprovação das contas do Convênio nº 089/2007, celebrado entre a PMB/FUMBEL e o Grêmio Recreativo Escola de Samba Mocidade Olariense, nos termos do art. 33 da Lei Complementar nº 84/2012, com a expedição em favor do Sr. Álvaro Augusto Ferreira da Silva Júnior do competente Alvará de Quitação no valor de R\$-7.700,00 (sete mil e setecentos reais). **Processo nº 200812734-00; Grêmio Recreativo Beneficente Jurunense Rancho Não Posso Me Amofiná; Prestação de Contas do Convênio Nº 006/2008**, firmado com a PMB/FUMBEL; Responsável João Monteiro Vidal; 6ª Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Aloísio Chaves. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Convênio nº 006/2008, celebrado entre a PMB/FUMBEL e o Grêmio Recreativo Beneficente Jurunense Rancho Não Posso Me Amofiná, por estar regular, nos termos do art. 33 da Lei Complementar nº 84/2012, com a expedição em favor do Sr. João Monteiro Vidal do competente Alvará de Quitação no valor de R\$- 28.600,00 (vinte e oito mil e seiscentos reais). Em seguida, houve a inversão de pauta, com o julgamento do processo de nº 37: **Processo nº 200804227-00; Movimento República de Emaús; Prestação de Contas Convênio nº 002/2008**, firmado com a FUNPAPA/PMB; Responsável Maria das Graças Borges Trapasso; 4ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 32.480, de 13.09.2013**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação da prestação de contas do Movimento República de Emaús, referente ao Convênio nº 002/2008, firmado com a Fundação Papa João XXIII-FUNPAPA/PMB, com a expedição do Alvará de Quitação, no valor de R\$-500.000,00 (quinhentos

mil reais). **Processo nº 200813042-00; Associação dos Moradores das Passagens Santa Rita e Joana D'Arc;** Prestação de Contas Convênio nº 038/2008, firmado com a FUNPAPA/PMB; Responsável Leonildes Soares da Silva; 4ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 32.480, de 13.09.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas da Associação dos Moradores das Passagens Santa Rita e Joana D'Arc, referente ao Convênio nº 038/08, uma vez que não houve comprovação de despesas no montante de R\$-3.404,00 (três mil, quatrocentos e quatro reais), que deverá ser recolhida aos Cofres do Município, devidamente corrigida, no prazo de quinze(15) dias, com o encaminhamento de cópia dos autos à Fundação Papa João XXIII para as providências cabíveis. **Processo nº 200812471-00; Centro Comunitário Dra. Maria Ester Mouta de Oliveira;** Prestação de Contas Convênio nº 053/2008, firmado com a FUNPAPA/PMB; Responsável Maria Irismar da Silva Ferreira; 4ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 32.480, de 13.09.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do Centro Comunitário Dra. Maria Ester Mouta de Oliveira, referente ao Convênio nº 053/08, uma vez que não houve comprovação de despesas no montante de R\$-2.218,00 (dois mil, duzentos e dezoito reais), que deverá ser recolhida aos Cofres do Município, devidamente corrigida, no prazo de quinze(15) dias, com o encaminhamento de cópia dos autos à Fundação Papa João XXIII para as providências cabíveis. **Processo nº 200916898-00; Centro Comunitário Dra. Maria Ester Mouta de Oliveira;** Prestação de Contas Convênio nº 034/09, firmado com a FUNPAPA/PMB; Responsável Maria Irismar da Silva Ferreira; 4ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 32.480, de 13.09.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com recolhimento e expedição de ofício à FUNPAPA. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do Centro Comunitário Dra. Maria Ester Mouta de Oliveira, referente ao Convênio nº 034/09, uma vez que não houve comprovação de despesas no montante de R\$-12.000,00 (doze mil reais), que deverá ser recolhida aos Cofres do Município, devidamente corrigida, no prazo de quinze(15) dias, com o encaminhamento de cópia dos autos à Fundação Papa João XXIII para as providências cabíveis. **Processo nº 201100370-00; Castanhal Esporte Clube;** Prestação de Contas Convênio nº 010/2010, firmado com a P.M. de Castanhal; Responsável Francisco Gilberto Pereira Corrêa; 4ª Controladoria; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 32.480, de 13.09.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação da prestação de contas do Castanhal Esporte Clube, referente ao Convênio nº 010/2010, firmado com a Prefeitura Municipal de Castanhal, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-80.000,00 (oitenta mil reais). **Processo nº 201100278-00; Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Ananindeua;** Aposentadoria - 2011; Interessada Ocinea Silva Santos; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora - Conselheira Rosa Hage. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201303136-00 - 201016514-00; Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Ananindeua;** Pensão - 2010; Ex Segurado: Ednelson Veras do Nascimento; Interessada Cláudia Maria Regis Vargas Nascimento, Letícia Regis Vargas Nascimento e Cássio Regis Nascimento; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora - Conselheira Rosa Hage. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201218406-00 - 201107221-00; Instituto de Previdência do Município de Redenção;** Revisão de Pensão, Portaria nº 26/11, de 26.10.11; Interessado Wilker Alves Gomes; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro



325 Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
326 manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu
327 seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. Em seguida,
328 houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 46: **Processo nº 201200928-00; Instituto de**
329 **Previdência e Assistência do Município de Paragominas; Aposentadoria Portaria nº 03/2012; Interessado Maurines**
330 **Ferreira de Souza; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Auditor José Alexandre Cunha Pessoa.** Cumprindo dispositivo
331 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato.
332 A matéria foi colocada **em discussão**. O Relator apresentou sua proposta de **Decisão**. A Presidência proclamou a
333 **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201200930-00; Instituto de**
334 **Previdência e Assistência do Município de Paragominas; Aposentadoria Portaria nº 02/2012; Interessada Raimunda**
335 **Rodrigues da Silva; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Auditor José Alexandre Cunha Pessoa.**
336 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se
337 favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Relator apresentou sua proposta de **Decisão**.
338 A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº**
339 **201300204-00; Instituto de Previdência do Município de Tucumã; Aposentadoria Portaria nº 08/2012;**
340 **Interessado(a) Neraci Alves Guimarães; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Auditor Convocado José Alexandre**
341 **Cunha Pessoa.** Retirado de Pauta. Em seguida, o Conselheiro Aloísio Chaves assumiu a Presidência da Sessão. Houve a
342 inversão de pauta, com o julgamento do processo de nº 9: **Processo nº 1270022007-00; Câmara Municipal de**
343 **Trairão; Prestação de Contas – 2007; Responsável José Ferrari; Auditor Sérgio Franco Dantas; Procuradora - Chefe**
Elisabeth Salame da Silva; Relatora - Conselheira Mara Lúcia; Publicado no DOE nº 32.480, de 13.09.2013.
Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela
aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência
proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalva, das contas do Sr. José Ferrari,
Vereador Presidente e Ordenador de despesa da Câmara Municipal de Trairão, no exercício de 2007, a quem deve ser
emitido Alvará de Quitação no valor de R\$ 675.159,80 (seiscentos e setenta e cinco mil, cento e cinquenta e nove reais e
oitenta centavos). Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 14: **Processo nº**
140092006-00; Secretaria Municipal de Urbanismo / Encargos Gerais do Município SEURB; Prestação de
Contas – 2006; Responsável Natanael Alves Cunha (01.01 a 15.01.01 .2006) Luis Otávio Mota Pereira (16.01 a
31.12.2006); Auditor Alcimar Lobato da Silva; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora - Conselheira Mara Lúcia;
Publicado no DOE nº 32.480, de 13.09.2013. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A
Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela
irregularidade das contas prestadas pelos Srs. Natanael Alves Cunha e Luiz Otávio Mota Pereira, Ordenadores de despesa
da Secretaria Municipal de Urbanismo de Belém (SEMOB - SEURB), exercício de 2006, com o encaminhamento de cópia
dos autos ao Ministério Público Estadual. Em seguida, houve a inversão de pauta, com o julgamento do processo de nº 18:
Processo nº 042172011-00; Fundo Municipal de Meio Ambiente de Alenquer; Prestação de Contas – 2011;
Responsável Marco Antônio Ferreira Freitas; 3ª Controladoria; Procuradora Maria Regina Cunha; Relatora - Conselheira
Mara Lúcia; Publicado no DOE nº 32.480, de 13.09.2013. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público
ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em**
discussão. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**,
decidiu pela aprovação das contas, com ressalvas, nos termos do art. 31, incisos II, da LC Estadual nº 084/2012, com os
seguintes recolhimentos: - Saldo insuficiente para absorver os compromissos assumidos até 31.12, conforme estabelecido
no art. 1º, parágrafo 1º, da LRF - 101/2000- LRF, comprometendo o equilíbrio fiscal do FMMA, multa de R\$ 500,00
(quinhentos reais) com base no art. 120-A, II do Regimento interno deste TCM; - Não repasse ao INSS da totalidade das
contribuições retidas dos contribuintes incorrendo no art. 168-A, bem como a não apropriação e recolhimento das
obrigações patronais descumprindo o disposto nos arts. 195, inciso I, alínea "a", da CF/88, 15, inciso I e 22, incisos I e II,
30, inciso I, alínea "a" e "b", da Lei nº 8.212/91 e art. 50, inciso II, da LRF – 101/2000, infrações que geram débito ao
Município em razão de juros e atualização monetária da dívida previdenciária, multa de R\$-3.500,00 (três mil e quinhentos
reais), com base no art. 120-A, II e III, do Regimento interno deste TCM; - Não apresentação da Lei de criação do Fundo

Municipal de Meio Ambiente, descumprindo o art. 30, da LC Estadual nº 25/TCM, multa de R\$-250,00 (duzentos e cinquenta reais), com base no art. 120-B, § 1º do Regimento interno deste TCM. **Processo nº 134162008-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Barcarena;** Prestação de Contas – 2008; Responsável Michele Feitosa Magno (1º e 2º Quadrimestre) Roseane Rodrigues Botelho (3º Quadrimestre); 3ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora - Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 32.480, de 13.09.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalvas, das contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Barcarena, exercício 2008, de responsabilidade das Senhoras Michele Feitosa Magno (1º e 2º quadrimestre) e Roseane Rodrigues Botelho (3º quadrimestre), com a expedição dos Alvarás de Quitação, nos valores de R\$-5.571.870,09 (cinco milhões, quinhentos e setenta e um mil, oitocentos e setenta reais e nove centavos) e R\$-4.685.873,95 (quatro milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil, oitocentos e setenta e três reais e noventa e cinco centavos), respectivamente. **Processo nº 124282003-00; Fundo Municipal de Educação de Baião;** Prestação de Contas – 2003; Responsável Raimundo Lira de Farias; 2ª Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.480, de 13.09.2013.** Retirado de Pauta. **Processo nº 1144412009-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Goianésia do Pará;** Prestação de Contas – 2009; Responsável Itamar Cardoso do Nascimento; 2ª Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.480, de 13.09.2013.** Retirado de Pauta. **Processo nº 383982009-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Jacundá;** Prestação de Contas – 2009; Responsável Maria de Jesus da Silva Aguiar; 2ª Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.480, de 13.09.2013.** Retirado de Pauta. **Processo nº 1014142008-00; Fundo Municipal de Educação de Santa Maria das Barreiras;** Prestação de Contas – 2008; Responsável Odacir Dal Santo; 2ª Controladoria; Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.480, de 13.09.2013.** Retirado de Pauta. **Processo nº 1050032006-00; Fundo Municipal de Educação de Tucumã;** Prestação de Contas – 2006; Responsável Moacir José dos Santos; 2ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.480, de 13.09.2013.** Retirado de Pauta. **Processo nº 1062562008-00; Fundo Municipal de Educação de Uruará;** Prestação de Contas – 2008; Responsável Manoel Ribeiro de Castro; 2ª Controladoria; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.480, de 13.09.2013.** Retirado de Pauta. **Processo nº 124272003-00; Fundo Municipal de Saúde de Baião;** Prestação de Contas – 2003; Responsável Onilde da C. Borges da Silva; 2ª Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas; **Publicado no DOE nº 32.480, de 13.09.2013.** Retirado de Pauta. **Processo nº 201020834-00 – 1300012006-00; Prefeitura Municipal de Anapu;** Recurso de Reconsideração contra a decisão da Resolução Nº 9.870, de 23.09.2010 (Prestação de Contas de 2006); Responsável Luiz dos Reis Carvalho; 2ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.480, de 13.09.2013.** Retirado de Pauta. Em seguida, houve a inversão de pauta, com o julgamento do processo de nº 36: **Processo nº 201300358-00; Associação Artístico Cultural Olho D'Água;** Convênio nº 009/2012, celebrado com a Prefeitura Municipal de Santarém; Responsável Elder Otávio Santos Aguiar; 3ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora - Conselheira Mara Lúcia. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas prestadas por Elder Otávio Santos Aguiar, relativamente ao emprego da importância de R\$-20.000,00 (vinte mil reais), nos termos do Convênio nº 009/2012, com a expedição do Alvará de Quitação. Em seguida, houve a inversão de pauta, com o julgamento do processo de nº 45: **Processo nº 201114695-00; Instituto de Previdência do Município de Monte Alegre;** Aposentadoria Portaria nº 032/2011; Interessada Cesarina Nunes da Silva; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora - Conselheira Mara Lúcia. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão.** A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria nº 032/2011. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 49 e 50: **Processo nº 201216582-00; Câmara Municipal de Belterra;** Resolução nº 11/2012, de 11.09.2012, que fixa os Subsídios dos

Vereadores para a Legislatura 2013/2016; Interessada Maria Creunilda Ribeiro; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora - Conselheira Mara Lúcia. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato, com ressalva ao art. 2º da Resolução nº 002/2012, aprovada em 11.09.12, pela Câmara Municipal de Belterra, que fixa o valor do subsídio dos Vereadores para a legislatura 2013-2016 no importe de R\$-6.000,00 (seis mil reais), correspondentes a 30% (trinta por cento) do valor do subsídio dos Deputados Estaduais, nos termos do art. 29, VI, 'b', da CF/88, com aplicação de multa pela não observância do prazo para encaminhamento do Ato a este Tribunal, nos termos do inciso I, do art. 120-B, do RITCM-PA, no valor de R\$-501,00 (quinhentos e um reais), em desfavor da então Presidente da Câmara Municipal, Vereadora Maria Creunilda Ribeiro, Ordenadora responsável pelo envio à época de sua aprovação, a qual deverá ser imputada na competente prestação de contas do exercício de 2012, oportunizando-se, desta forma, o contraditório e a ampla defesa a quando da citação da mesma, conforme previsto no art. 120-D, do RITCM-PA. **Processo nº 201016419-00; Gabinete do Prefeito; Contrato nº 39/2010, Pregão Presencial nº 092/2010- CBP/PMB/Gab.P; Interessada Rosa de Figueiredo Lavor; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora - Conselheira Mara Lúcia.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato. **Processo nº 862052009-00 – 201215250-00; Fundo Municipal de Educação de Viseu; Prestação de Contas – 2009; Responsável Sônia Maria Almeida dos Santos; 1ª Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora - Conselheira Rosa Hage; Publicado no DOE nº 32.480, de 13.09.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Educação de Viseu, exercício financeiro de 2009 de responsabilidade da Sra. Sônia Maria Almeida dos Santos.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA. DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS. Relator - Auditor Substituto Sérgio Franco Dantas: 1) Processo nº 490012012-00; Prefeitura Municipal de Muaná; Prestação de contas de 2012. 2) Processo nº 201219671-00; Instituto de Previdência do Município de Abaetetuba; Aposentadoria de Joana dos Santos de Oliveira. 3) Processo nº 201219674-00; Instituto de Previdência do Município de Abaetetuba; Aposentadoria de Hamilton Sena dos Santos. 4) Processo nº 201219676-00; Instituto de Previdência do Município de Abaetetuba; Aposentadoria de Iraildes Ferreira Vilhena. 5) Processo nº 201219678-00; Instituto de Previdência do Município de Abaetetuba; Aposentadoria de Miguel Nazareno dos Santos. 6) Processo nº 201210746-00; Instituto de Previdência do Município de Abaetetuba; Pensão de Otaviano Gonçalves Cardoso. Relatora - Auditora Substituta Márcia Costa: 1) Processo nº 201210751-00; Instituto de Previdência do Município de Abaetetuba; Aposentadoria de João Bosco da Silva Farias. 2) Processo nº 201212880-00; Instituto de Previdência do Município de Abaetetuba; Aposentadoria de Maria Natalina Negrão Dias. 3) Processo nº 201219045-00; Instituto de Previdência do Município de Abaetetuba; Aposentadoria de Maria Terezinha Menezes da Silva. 4) Processo nº 200900001-00 (IX vls); Prefeitura Municipal de São Domingos do Capim; Decretos que nomeiam Altei de Jesus Pereira de Souza e outros, aprovados em Concurso Público nº 01/2005. Relatora - Auditora Substituta Adriana Oliveira: 1) Processo nº 201306070-00; Instituto de Previdência do Município de Abaetetuba; Aposentadoria de Joana Gonçalves de Souza. 2) Processo nº 201107494-00; Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Municipais de Ananindeua; Aposentadoria de Maria Celeste Maciel. 3) Processo nº 201107495-00; Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Municipais de Ananindeua; Aposentadoria de Maria do Socorro Rocha da Cunha. 4) Processo nº 201100811-00; Prefeitura Municipal de Faro; Decretos que nomeiam Jorge Siqueira Barbosa e outros, aprovados no Concurso Público de 2008. **PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO.** Presidência declarou **ENCERRADA** a presente Sessão, às onze horas e trinta e oito minutos da qual foi lavrada a presente Ata.

Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em dezessete de setembro de dois mil e treze.

Visto:

Robson Figueiredo do Carmo
Secretário Geral

Mara Lúcia
Conselheira Vice-Presidente
Presidente da Sessão

Aloísio Chaves
Conselheiro
Presidente da Sessão